

Economia - Brasil

O banqueiro JORNAL DA TARDE prevê: vai faltar dinheiro no fim do ano.

2 2 SET 1982

Os bancos não terão dinheiro suficiente para atender à demanda de empréstimos até o final do ano. Embora, no momento, haja dinheiro em caixa, as operações de empréstimos estão paralisadas até o final deste mês para atender ao limite de 28% imposto pelo governo para a expansão dessas operações. No entanto, ainda que vigore um novo limite a partir de outubro, justamente a partir daí entra em vigor o recolhimento compulsório extra, de 30%, sobre a margem de crescimento dessas operações, além do percentual normal de 35%.

De acordo com os cálculos do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Pedro Conde, haverá falta de dinheiro porque, do saldo dos depósitos globais, 45% estarão sendo recolhidos para depósito compulsório e 3% para o Iapás, totalizando 97%, o que faz sobrar 3% apenas em caixa.

Essa menor oferta de dinheiro no mercado financeiro deverá prejudicar as vendas de carros a álcool, inviabilizando a meta de escoar 200 mil unidades até o final de dezembro, segundo previsão de um assessor do ministro Camilo Pena, da Indústria e do Comércio. Na verdade, segundo esse assessor, o aumento do recolhimento compulsório dos bancos deverá neutralizar em parte os incentivos às vendas de carros a álcool, como a redução de 4% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), redução que é de 50% no caso de carros vendidos para uso como táxi. Segundo ele, de janeiro a agosto foram vendidos 11,1 mil veículos, enquanto seria necessário vender uma média de 16,7 mil por mês para se atingir a meta prevista — o que fica inviabilizado diante da redução da oferta de empréstimos.

O presidente do Banco Nacional de Habitação, José Lopes de Oliveira, disse, por sua vez, que o banco passará a recolher mais 1% de seus depósitos ao Banco Central, em razão da exigência do adicional do depósito compulsório. Isso significa de Cr\$ 35 a 40 bilhões de recolhimento ao BC até o final do ano, mas não prejudicará os programas do banco, segundo ele.

E os juros?

Quanto à elevação das taxas de juros, Pedro Conde diz que isso não ocorrerá porque elas já “estão no limite máximo”. Sobre a decisão do Japão de limitar o crédito externo de seus bancos, disse que, naturalmente, não é favorável para o Brasil. Mas não sabe “até onde ela é má”. Na realidade, acentuou,



Pedro Conde

“eu acho que o Japão não faz empréstimo para o Brasil pela Resolução 63. Seus empréstimos estão sempre ligados a projetos”.

O presidente da Febraban disse também que o adicional do depósito compulsório foi uma medida razoável tomada pelo governo, mas que só terá efeitos reais se for somada a outras medidas, como controle das estatais e corte dos gastos públicos. “Todos sabem” — disse ele — “que a inflação é causada pelo descontrole do governo, o Delfim mesmo já disse isso”. Em razão disso, Pedro Conde prevê novas medidas para restringir os gastos públicos.

Reconheceu que a margem de manobra das autoridades monetárias brasileiras é muito restrita em decorrência da situação internacional. Mas acredita que o País está fazendo um ajustamento na economia justamente para “deslanchar” quando a situação melhorar. Disse também que, diante da conjuntura atual, o que ainda anima é que as autoridades governamentais já prometeram que algumas medidas, como a própria exigência do adicional do compulsório, só permanecerão até o final do ano.

Pedro Conde acha ainda que o Brasil não necessitará ir ao FMI e que a dívida externa brasileira é renegociada diariamente: “Todo dia pagamos um pouco e todo dia pegamos emprestado”.

O vice-presidente do Unibanco, Márcilio Marques Moreira, disse, por sua vez, que a falta de dinheiro no mercado é normal, porque o adicional do compulsório é uma medida de contração monetária para enxugar a liquidez, e que amortece a atividade produtiva. Mas as autoridades estão acompanhando de perto a situação, para que seja também amortecida a demanda das estatais, por exemplo, até para evitar que se torne mais acentuado o processo recessivo. Márcilio disse que, assim, o que os

bancos estão fazendo é adaptar-se à nova realidade. Explicou também que a elevação das taxas de juros internos pode ocorrer, mas que poderá haver também o efeito compensador diante da taxa de juros internacional.

O apelo do deputado

O deputado Herbert Levy (PDS-SP) voltou a expressar ontem, da tribuna da Câmara, sua “profunda apreensão com os rumos que vai tomando a economia brasileira”. E fez um apelo ao presidente da República para que abra outros canais de comunicação e informação para verificar que “haveria meios e modos de o Brasil sair melhor das suas dificuldades sem pagar esse impossível preço social de 2,5 milhões de desempregados”.

— Numa hora em que o bom senso prevaleceu nos Estados Unidos — salientou —, e o presidente Reagan reconheceu que as altas taxas de juros estavam acelerando a crise norte-americana e levando grande número de firmas à insolvência, em proporções jamais verificadas desde 1929, o que encontramos no Brasil é o oposto. Enquanto a firma norte-americana não resistiu a 10% ao ano de juro real, a empresa brasileira está pagando 50% de juro real. Se a empresa deve, em média, 60% sobre seu patrimônio líquido — isso há dois anos —, basta que durante um ano ela pague 50% de juros acima da taxa de inflação para se tornar insolúvel. Agora estamos quase completando o segundo ano. É fácil compreender que a empresa brasileira está sacrificando lucros anteriores, os bens de sócios e, possivelmente, até entrando na sonnegação de INPS para poder sobreviver. Não há possibilidade de a empresa brasileira sobreviver com uma taxa de juros de 50% acima da taxa da inflação.

— Ao mesmo tempo — prosseguiu Herbert Levy —, a política recessionista está comprometendo a produção não só com o encarecimento dos juros mas com as limitações do crédito. E a área rural está sentindo particularmente essa realidade. Os grandes produtores, que são os responsáveis pela maior parte da produção agrícola brasileira, tiveram seus financiamentos de custo reduzidos de cem para 80, depois para 70 e, de um ano para cá, para 50%. O resultado é que, em vez de alcançarmos o objetivo de melhorar a produtividade, em vez de alcançarmos o objetivo de dar prioridade à agricultura, estamos, em verdade, desencorajando o produtor rural.